

NÃO

À PRIVATIZAÇÃO DOS RESÍDUOS IEGFI

Organizações promotoras:



A privatização terá consequências desastrosas:

- Para o país e a economia nacional, que perderá controlo de um sector estratégico;
- Para os municípios, cujo papel ficará significativamente reduzido, além da pressão que advirá no sentido da liquidação dos sistemas.
- Para os trabalhadores, porque os seus postos de trabalho e os direitos conquistados poderão estar em causa no futuro, agravando a exploração e as relações laborais.
- Para as populações, que passam a ter um serviço que lhes é prestado por uma empresa

do sector privado, que visa o máximo lucro, através do aumento no futuro dos montantes das taxas suportadas pelos municípios penalizando ainda mais o fraco rendimento disponível das famílias.

- Para o ambiente, abrindo caminho a um recuo dos níveis de qualidade alcançada.
- Para a coesão nacional e gestão de conjunto do sector, pois a gestão privada tenderá a privilegiar os sistemas mais lucrativos e a desinvestir nos menos rentáveis.

6 Junho
CONCENTRAÇÃO



9h30

Lg. Rato

Assembleia da República



Um negócio ruinoso para a economia e para o País

O governo pretende privatizar a Empresa Geral do Fomento (EGF), a sub-holding do Grupo águas de Portugal para o sector dos resíduos, medida que consideramos lesiva dos interesses do país, dos municípios, das populações e dos trabalhadores.

A EGF é um grupo rentável, com lucros acumulados nos últimos 3 anos na ordem dos 62 milhões de euros, movimentando anualmente perto de 170 milhões de euros.

A EGF domina 65% do total nacional de resíduos urbanos por via das 11 empresas de tratamento e valorização de resíduos e recolha, criadas em conjunto com os municípios - 174 no total, que servem 6,5

milhões de habitantes e empregam directamente perto de 2000 trabalhadores que com dedicação e empenho prestam um serviço público de qualidade.

O Grupo possui um património avaliado em cerca de 1.000 milhões de euros, tecnologia avançada e trabalhadores qualificados. Só em 2012 investiu 45 milhões de euros.

Só há uma intenção em privatizar este sector altamente rentável e fundamental para a vida e bem-estar das populações: é entregar à iniciativa privada importantes activos do estado, que são fontes líquidas de receitas colocando as autarquias na dependência de multinacionais.

O sector dos resíduos é fundamental para o desenvolvimento do país e essencial para a preservação e conservação do ambiente, para a coesão social e económica, saúde pública e defesa dos direitos dos trabalhadores e da qualidade de vida das populações.

DIZER NÃO À PRIVATIZAÇÃO DOS RESÍDUOS (EGF)
é defender a economia do País, os direitos dos trabalhadores e o bem-estar das populações.

6 Junho 9h30
CONCENTRAÇÃO

Lg. Rato → Assembleia da República

As organizações promotoras desta concentração, apelam para que todos se associem, apoiem e participem nesta iniciativa.

Organizações promotoras:

